

**Título:** População livre e escrava no Termo de São João del-Rei: possibilidades de análises através das Listas Nominativas da Província de Minas Gerais da década de 1830.

**Autor:** Cristiano Lima da Silva - doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

**Resumo:**

Este artigo é o resultado da operacionalização e análise do banco de dados das listas nominativas buscando refletir sobre alguns padrões demográficos da população que compunha o termo de São João del-Rei na década de 1830 com base em estudos já consagrados em nossa historiografia que versam sobre temas que envolvem a história da família, relações sociais e estruturas de parentesco, sociabilidade e dinâmicas da composição populacional no período escravista no Brasil. Para isso, foram construídas tabelas e figuras nas quais buscar-se-á estabelecer uma comparação com os dados gerais de livres e escravos da província de Minas Gerais a fim de analisar, também, dois aspectos fundamentais: a razão de sexo e composição etária.

**Palavras-chave:** População livre e escrava; Termo de São João del-Rei; Listas Nominativas da Província de Minas Gerais da década de 1830.

**Área temática:** 1. História Econômica e Demografia Histórica.

# População livre e escrava no Termo de São João del-Rei: possibilidades de análises através das Listas Nominativas da Província de Minas Gerais da década de 1830

## 1. Introdução

Este artigo é fruto das proíficas aulas da disciplina Demografia Histórica ministradas pelos professores Clotilde Andrade Paiva e Mario Marcos Sampaio Rodarte, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Trata-se do resultado de alguns exercícios de operacionalização e análise do banco de dados<sup>1</sup> desenvolvido pelo Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) contendo informações demográficas e socioeconômicas de aproximadamente meio milhão de indivíduos distribuídos por quase 85 mil domicílios espalhados por mais de 300 localidades da província de Minas Gerais que foram recenseados nas denominadas *Listas Nominativas*, na década de 1830.

Segundo Paiva (2010, p.2), as listas nominativas constituem fragmentos de censos demográficos e socioeconômicos do período proto-estatístico brasileiro, entre meados dos séculos XVIII e XIX. O acervo de listas nominativas encontra-se no Arquivo Público Mineiro e incidem em documentos manuscritos, referentes aos Distritos de Paz, contendo relações nominais dos habitantes presentes na província de Minas Gerais nos anos de realização dos censos. Estima-se que os recenseados da década de 1830 respondam cerca de 10% da população brasileira e cubram entre 60% a 65% do contingente populacional de Minas Gerais daquele período.

Mediante as múltiplas possibilidades de processar e agrupar diferentes informações demográficas utilizando o dito banco de dados, o objetivo inicial deste estudo consiste em um exercício aparentemente simples: quantificar a população de escravos e de livres do termo de São João del-Rei tendo por base os registros das listas nominativas realizadas na década de 1830. Para isso, foram construídas tabelas e figuras<sup>2</sup> nas quais se buscará estabelecer uma comparação com os dados gerais de livres e escravos da província de Minas Gerais a fim de analisar, também, dois seguintes aspectos: a razão de sexo e composição etária.

## 2. Metodologia e fontes

Desde já é importante ressaltar que a divisão da população em apenas dois grupos (livres e escravos) deve-se, sobretudo, aos limites que possuo na operacionalização do banco de dados em apurar algumas lacunas nas informações que não foram efetivamente registradas nas listas nominativas, ou, então, dependeram da interpretação de quem realizou o censo, como, por exemplo, um indivíduo forro que pode ter sido registrado como livre, pois, de fato, ele se encontrava alforriado.

Embora durante o período de vigência da escravidão no Brasil, à distinção social entre os indivíduos se dava a partir das suas *condições* – livres, forros e cativos, e, também, por suas *qualidades* – brancos, negros, mulatos, pardos, cabras, pretos etc., a complexidade que envolvia as relações sociais desempenhadas, por exemplo, por brancos pobres e forros revelam que, em alguns casos, ambos:

---

<sup>1</sup> A elaboração da base de dados foi realizada sob a coordenação da professora da FACE/UFMG e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG, Clotilde Andrade Paiva.

<sup>2</sup> Agradeço ao amigo Carlos Malaquias pela imprescindível ajuda na operacionalização do banco de dados e na montagem das tabelas e dos gráficos apresentados neste artigo.

Tiveram iguais acesso a bens de consumo, foram senhores de pequenos plantéis de cativos e almejavam ascensão social de forma semelhante, uma vez que os cargos mais importantes estavam reservados aos brancos ricos. É provável que tenham desempenhado atividades idênticas e, em alguns casos, conjuntamente, não foram incomuns as relações afetivas e casamentos entre livres pobres e forros. (PAIVA. 2009, p. 40)

Não obstante, para resolver esse problema na operacionalização dos dados aqui analisados considerar-se-á que o contingente de indivíduos classificados no conjunto da população livre é composto por brancos e não brancos (no qual se incluem os forros), enquanto a população escrava agrupa aqueles que, pelo menos no momento do censo, foram registrados na condição de cativos. Também são incluídos entre os escravos os indivíduos coartados, ou seja, aqueles que ainda estavam pagando pelas suas alforrias. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1985, p. 36), a coartação “tratava-se de concordar com um preço que o escravo devia pagar a seu senhor em várias prestações. A partir desse acordo o escravo passava a uma condição intermediária, nem alforriado nem escravo”.

É importante destacar dois aspectos cruciais nos estudos demográficos da população escrava: a dinâmica da mobilidade social no que se refere à mudança da condição para liberto, como a da mobilidade espacial decorrente dos fluxos de entrada de escravos via tráfico e da migração de escravos para outras regiões de dentro e/ou fora das províncias. Esses tipos de comportamentos são muito significativos e devem ser levado em conta quando se estuda a demografia de regiões mineradoras marcadas pelo deslocamento e concentração de escravos. Nesse sentido, Furtado (1968, p.82) argumenta, por exemplo, a diferença entre a mobilidade espacial dos plantéis açucareiros e mineradores.

A natureza mesma da empresa mineira não permitia uma ligação à terra do tipo da que prevalecia nas regiões açucareiras. O capital fixo era reduzido, a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis.

Dessa forma, o exame dessas informações requer uma metodologia de pesquisa que leve em conta “como pessoas de outro tempo e sociedade pensavam de seu próprio mundo” (CHALHOUB, 1990, p.16). O papel do historiador é buscar decodificar e contextualizar os documentos a partir dos aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos muitas vezes revelados pelos indivíduos ao registrá-los. Assim, os dados que serão aqui apresentados correspondem às informações coletadas das listas nominativas que se encontram disponíveis no referido banco de dados.

Rodarte (2008), em seu estudo sobre os perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista, observou que, para a vila de São João del-Rei, a lista nominativa da década de 1830 omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares com supressão da informação para todo ou parte dos escravos. O mesmo autor argumentando sobre esse limite no registro das listas nominativas pondera que:

Entre as condições sociais, livre e escravo eram as mais freqüentes. Forros (cativo liberto) e quartados (cativo em processo de alforriamento) eram menos incidentes, inclusive pela menor freqüência dessas condições, mas também por não constituir em categorias exigidas no ofício que solicitava o levantamento das listas. Por isso, forros poderiam ser classificados, simplesmente, como livres e quartados, como escravos. A ausência dessa informação, em geral, foi tomada como indicação do indivíduo ser livre, pelo elevado número de casos de não informação de condição entre os brancos. (RODARTE. 2008, p.81 – nota 36)

Diante dessas e outras variáveis que interferem tanto em aplicações metodológicas quanto analíticas, devemos concordar que a “demografia histórica não é especialmente fácil. Por um lado, ela tem toda a complexidade da moderna demografia; por outro, possui todas as lacunas e incertezas da própria história”. (HOLLINGSWORTH *apud* BACELAR, 2005, p. 339)

Assim, principal intenção aqui não é esgotar as análises propostas, e sim explorar o potencial do banco de dados das listas nominativas buscando refletir sobre alguns padrões demográficos da população que compunha o termo de São João del-Rei na década de 1830 com base em estudos já consagrados em nossa historiografia que versam sobre temas que envolvem a história da família, relações sociais e estruturas de parentesco, sociabilidade e dinâmicas da composição populacional no período escravista no Brasil.

### 3. O termo de São João del-Rei



Vista de São João del Rey, 1828 – Robert Walsh.

Fonte: Robert Walsh. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. v.2.

No século XIX a província de Minas Gerais era dividida em comarcas, que, por sua vez, eram compostas por seus respectivos termos. Segundo Martins (2001, p. 200-1) a comarca “era uma circunscrição judiciária sob jurisdição de um ou mais juízes de direito.” Cada termo ou município possuía uma sede jurídico-administrativa denominada cabeça de Comarca, que se localizava no distrito mais importante.

Segundo Graça Filho (2002) a vila de São João del-Rei fora instituída cabeça da Comarca do Rio das Mortes no Alvará de 6 de abril de 1714. Embora tenha sofrido inúmeras alterações em sua geografia administrativa desde a sua criação, inicialmente sua jurisdição estendia-se pelo centro-sul, a sudoeste da capitania, compreendendo os termos de Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Rio das Mortes e Tamanduá. Destarte, no início do século XIX já se conformava como a mais extensa em área habitada e um dos mais populosos termos da província de Minas Gerais. Segundo o pesquisador Kenneth Maxwell *apud* Graça Filho (2002, p.39), a comparação dos dados censitários de 1776 e 1821 revelou que a Comarca do Rio das Mortes quase triplicara sua população, passando de 82.781 para 213.617 habitantes.

Com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a Vila de São João del-Rei configurou-se como um importante eixo de escoamento da produção regional e de abastecimento de alimentos para a província do Rio de Janeiro, permanecendo como importante centro comercial, administrativo e jurídico da Comarca do Rio das Mortes durante todo o século XIX.

Os viajantes naturalistas Martius e Spix (1981, p.195), que passaram por São João del-Rei no início do século XIX destacam a dinâmica comercial da cidade observando que:

Em vez da mineração de ouro, é agora o comércio do sertão que alimenta diariamente a riqueza dessa pequena cidade; dizem que, noutros tempos, a Comarca devia ao Rio de Janeiro quarenta mil cruzados; atualmente, porém, depois da vinda do rei, a antiga dívida foi não somente remida, mas ali ela tem depositado um capital de igual importância. Quanto é aqui animado o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de cinquenta mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá da capital, anualmente, levando toicinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor dos seus produtos, trazem de volta mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Poter, licores, etc.

Deve-se realçar, assim, que, desde a sua formação, a Comarca do Rio das Mortes destacou-se por sua vocação agro-pastoril e, ainda segundo Graça Filho (2002, p.36), mesmo com o descobrimento do ouro na região “raro foi o minerador que não manteve suas roças junto às terras de lavras e a extração aluvial do ouro só veio a diversificar ainda mais a estrutura produtiva da cidade, que viria a ser cognominada de Princesa do Oeste”.

O viajante irlandês Robert Walsh (1985, p.74), visitando São João del-Rei em 1828, também registrou em seu livro “a impressão de ser ali uma próspera e florescente cidade” na qual a maioria das casas mercantis “se [compunham] de lojas de aparência bem cuidada e cheias de mercadorias de várias procedências, principalmente louças e artigos da Inglaterra” e “fardos de algodão cru e pilhas de grosseiros chapéus de feltro” além de uma diversidade de outros produtos manufaturados da região.

Feita essa breve contextualização da dinâmica social e econômica do termo de São João del-rei podemos iniciar analisando os dados gerais sobre a sua população na década de 1830, na **tabela 1**.

**Tabela 1**  
**População do termo de S. João del Rei na década de 1830**

	cor	Sexo		Total	%
		H	M		
Livre ou forro	branco	4156	4035	8191	29,19%
	africano/preto	350	353	703	2,51%
	crioulo	808	1081	1889	6,73%
	pardo	2959	3148	6107	21,76%
	mestiço (cabra, caboclo)	66	93	159	0,57%
	índio	13	20	33	0,12%
	S/ inf.	345	313	658	2,34%
<b>Soma</b>		<b>8697</b>	<b>9043</b>	<b>17740</b>	<b>63,22%</b>
Cativo ou coartado	africano/preto	3874	1402	5276	18,80%
	crioulo	2238	2157	4395	15,66%
	pardo	305	263	568	2,02%
	mestiço (cabra, caboclo)	42	34	76	0,27%
	S/ inf.	2	4	6	0,02%
	<b>Soma</b>		<b>6461</b>	<b>3860</b>	<b>10321</b>
<b>Total</b>		<b>15158</b>	<b>12903</b>	<b>28061</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Listas Nominativas da Província de Minas Gerais, década de 1830 - banco de dados Poplin, Cedeplar/FACE/UFMG.

Como podemos observar na **tabela 1**, a população total do termo de São João del-Rei recenseada nas listas nominativas da década de 1830 era composta por 28.061 indivíduos. Destaca-se um relativo equilíbrio entre os sexos, 15.158 homens e 12.903 mulheres. Nesse universo, 63,22% livres ou forros e 36,78% escravos ou coartados.

Contudo, ao ressaltar os dois grupos separadamente verifica-se que, enquanto entre a população livre e/ou forra há um equilíbrio entre homens e mulheres, na população escrava e/ou coartada o número de homens representa quase o dobro ao de mulheres. Esse comportamento demográfico revela uma tendência da presença sempre ascendente do número de homens na população escrava, que pode ser justificada por uma exigência consecutivamente maior da mão-de-obra masculina. Já o número maior de mulheres entre os livres parece decorrer da considerável presença de forras, uma vez que há um consenso historiográfico de que elas conquistavam mais as alforrias do que os homens.

As explicações dadas por alguns autores para esse “privilégio” das mulheres dizem respeito a algumas características relacionadas aos serviços domésticos, constituição de vínculos afetivos com senhores e seus familiares, relações sociais mais estreitas com os outros escravos e libertos e maior possibilidade de acumular pecúlio. Nesse quadro destacam-se, especialmente, aquelas nascidas no Brasil, como observa Mattoso (1988, p.185):

As cartas de alforria são, pois, concedidas muito mais facilmente às mulheres que, de ordinário, vivem na intimidade do senhor ou exercem o ofício de vendedoras ambulantes. Além disso, custa menos substituí-las e elas envelhecem mais depressa que os homens, mercadoria ainda mais preciosa, quando ela soube agradar, e mais rapidamente desvalorizada, a escrava consegue facilmente a sua alforria – sua própria liberdade ou a de seu filho.

Quanto aos dados referentes à cor/condição, parece-me importante pontuar, mesmo que rapidamente, alguns aspectos sobre as denominações “preto”, “crioulo” e “pardo” empregadas com sentidos diferenciados aos cativos, libertos e seus filhos no período escravista brasileiro, especialmente na região sudeste, no século XVIII e na primeira metade do século XIX.

Segundo Sheila de Castro Faria (1998, p.135), a “caracterização de um indivíduo como preto/pardo livre/liberto significava uma evidente proximidade com um recente passado ou antepassado escravo”. Sendo assim, durante a vigência do regime escravista, marcado pela distinção entre libertos e escravos, mais que a cor da pele o que primeiro tinha de se distinguir num vocabulário classificatório era a condição jurídica dos indivíduos, uma vez que somente o termo “branco” indicava a condição evidente de livre.

Para a mesma autora, as designações “preto”, “crioulo” e “pardo” imprimiam aos indivíduos o estigma social da escravidão classificando-os hierarquicamente, bem como os seus descendentes, mesmo quando libertos. Quanto aos termos “mulato” e “cabra” indicavam um indivíduo já nasceu livre sendo a denominação que mais se referia à mestiçagem.

Nesse sentido, um dos aspectos relevantes observados na **tabela 1** é o grande contingente de indivíduos não brancos entre os livres correspondendo mais da metade daquela população. Isso indica a forte presença de indivíduos forros e nascidos livres no termo de São João del-Rei, destacando-se o contingente dos designados como pardos e crioulos.

Por outro lado, entre a população escrava verifica-se que mais da metade é composta por africanos/pretos. Assim, ao focar unicamente a população de origem africana, destaca-se o desequilíbrio agudo a favor dos homens, o que pode ser atribuído ao tráfico negreiro transatlântico, o qual teria, de modo geral, transportado dois ou, quando muito, três homens para cada mulher. (LIBBY & PAIVA, 2000, p.25)

Segundo Roberto Martins *apud* Libby (2008, p. 466), na primeira metade do século XIX, a província de Minas Gerais teria sido uma das maiores regiões importadoras de africanos de todas as Américas chegando ao número de aproximadamente 320 mil escravos.

Destarte, por meio da **tabela 1** podemos destacar que a população livre do termo de São João del-Rei na década de 1830 era marcada pela presença de indivíduos não brancos, que, descontados os indivíduos sem informação (658), somam 8.891, enquanto os registrados como brancos totalizam 8.191. Já entre a população escrava realça um considerável contingente de 5.276 africanos representando mais da metade daquela população, uma vez que os nascidos no Brasil somam 5.039 indivíduos.

Para uma melhor análise desses dados passemos a visualizar os índices da população livre e escrava por faixa etária e razão de sexo separadamente.

### 3.1 A população livre por faixa etária e razão de sexo

Embora a não separação dos brancos dos não brancos comprometa uma análise mais apurada deste grupo, em termos gerais, o que chama a atenção é o alto índice de libertos no segmento da população livre. Essa constatação revela ainda uma considerável presença de mulheres não brancas entre a população legalmente livre, correspondendo ao número de 4.695 identificadas, em conjunto, como africanas, crioulas, pardas, mestiças e índias, enquanto as registradas como brancas correspondem ao número de 4.035.

Essa constatação é bastante salutar se considerarmos alguns estudos que apontam o predomínio do número de homens em relação ao de mulheres em sociedades escravistas, especialmente quando se refere à baixa proporção de mulheres brancas e casadouras. No entanto, no termo de São João del-Rei, o número de mulheres entre as idades de 15 a 54 anos são sempre superiores aos dos homens conforme podemos observar na **tabela 2**.

Faixa Etária	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
0-4	1.106	1.073	2.179
5-9	1.386	1.318	2.704
10-14	1.196	1.122	2.318
15-19	707	890	1.597
20-24	757	863	1.620
25-29	590	634	1.224
30-34	531	703	1.234
35-39	394	431	825
40-44	526	584	1.110
45-49	300	309	609
50-54	393	417	810
55-59	212	179	391
60-64	297	262	559
65-69	84	58	142
70-74	123	108	231
75-	95	92	187
<b>Total</b>	<b>8.697</b>	<b>9.043</b>	<b>17.740</b>

**Fonte: ver tabela 1**

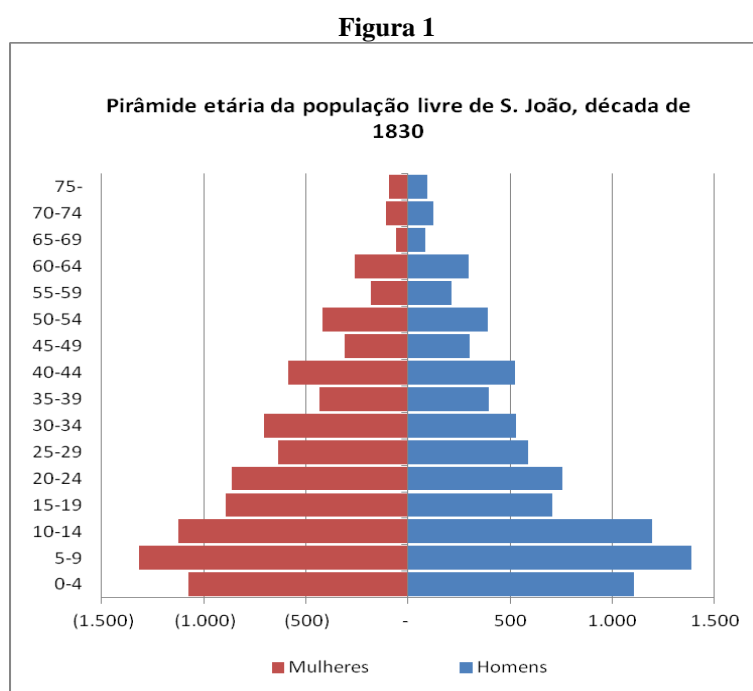
Quanto à faixa etária observa-se um considerável número de indivíduos na população enquadrada nas primeiras idades (de 0 a 09 anos) o que pode indicar um significativo crescimento natural naquela população. Entretanto, um estudo apurado sobre ao índice de fertilidade das mulheres brancas e não brancas, por exemplo, ajudaria a entender esse

comportamento demográfico, uma vez que os filhos das escravas forras nasciam sob a condição jurídica de livres e os das cativas poderiam receber suas liberdades ainda em tenra idade ao serem, por exemplo, alforriados em seus batismos.

Nos casos específicos das crianças libertas no batismo, a escolha de determinados padrinhos implica considerar um aspecto importante: o de que os cativos buscariam instrumentalizar os vínculos de compadrio com vistas em alforriar os seus filhos. Sobre essa possível prática, Rugendas (1976, p. 149-150) em *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, observa que:

Há, no Brasil, para muitos negros, um outro meio de conseguir a liberdade: é costume que têm as negras de convidar gente de certa categoria para padrinhos de seus filhos, o que ninguém tem coragem de recusar, sem provocar um descontentamento geral. Tal incumbência, longe de diminuir, é encarada em virtude das idéias religiosas do povo e da influência do clero, como muito meritória. O pequeno escravo está quase assegurado da aquisição da liberdade pelo padrinho, o que é tanto fácil quanto o preço do negrinho é insignificante, raramente ultrapassa 60 a 80 piastras.

De qualquer forma, para a população livre identifica-se uma pirâmide etária bastante equilibrada, conforme podemos visualizar na **figura 1**. Muito embora devamos considerar que tanto os brancos como os não brancos encontram-se distribuídos entre essa população.

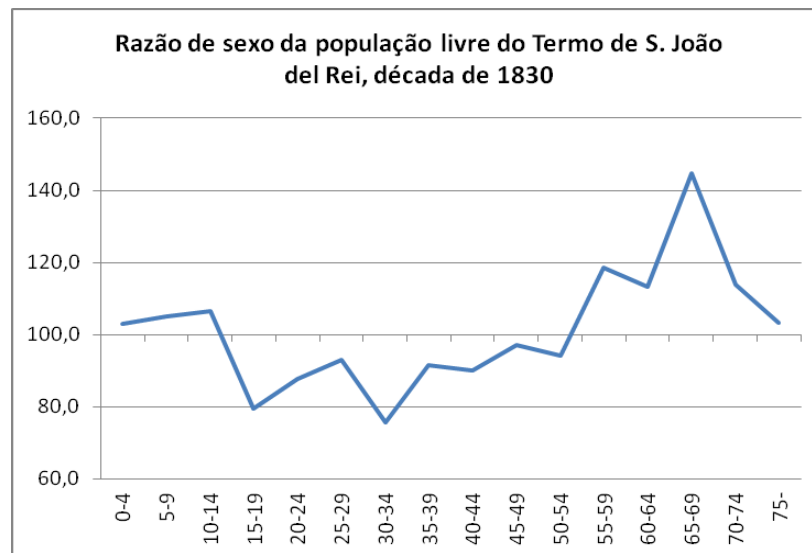


**Fonte:** ver tabela 1.

De fato, o que chama a atenção nos dados sobre a razão de sexo entre a população livre do termo de São João del-Rei é o equilíbrio, embora revelando uma proporção maior de mulheres entre as faixas etárias de 15 a 44 anos. O número de homens ultrapassa ao de mulheres somente a partir da faixa etária de 55 anos, como podemos visualizar no gráfico da figura 2.

**Figura 2**





Fonte: ver tabela 1.

Por hora, uma plausível explicação para esse comportamento demográfico parece estar ligada ao relevante contingente de indivíduos não brancos, especialmente, mulheres, presentes na população livre que, juntamente com o seus filhos nascidos livres, engrossavam o conjunto do seguimento daquela população. Aliás, a grande concentração de libertos e, também, as possibilidades de conquistas de alforrias em Minas Gerais, desde o início do século XVIII, são enfatizadas por alguns estudos. Para Libby e Paiva (2000, p.18):

É possível que, na segunda metade do século XVIII, em nenhuma outra região da Colônia a proporção da população livre e de cor tenha sido tão grande quanto a da Capitania de Minas Gerais. Embora seja certo que, desde o início do século, o chamariz do ouro e das pedras preciosas atraiu forros e gente de cor nascida livre oriundos de outras partes do Brasil, é igualmente certo que o grande leque de oportunidades que a economia de mercado daquela sociedade “movediça” oferecia aos escravos freqüentemente conduzia à compra da liberdade.

Assim, caracterizada por uma sociedade “movediça” também podemos conjecturar, uma possível migração e/ou deslocamento de homens em idade produtiva para outros termos ou regiões da província na década de 1830, em busca de melhores condições de vida, enquanto as mulheres tendiam a permanecer vivendo no termo de São João, especialmente na Vila.

Aliás, outra característica importante sobre a população do termo de São João del-Rei diz respeito a composição dos domicílios chefiados por mulheres. Sílvia Brügger (2007, p. 82) cruzando os dados das listas nominativas da década de 1830 com os registros paroquiais de batismo verificou que 27% dos fogos da Vila São João e seus distritos tinham chefia feminina distribuídos da seguinte forma:

Os fogos chefiados por mulheres, na Vila, na maioria dos casos, eram de solteiras(58,6%). Nos demais distritos, as chefes de domicílio eram, principalmente viúvas (54,7%) e apenas 36,5%, solteiras. Estes percentuais são compatíveis com os menores índices de legitimidade observados nos batismos celebrados na Matriz. Indicam que era na área urbana que as mulheres solteiras encontram meio mais propício para garantir sua sobrevivência sua sobrevivência ou que, ali, talvez o casamento fosse menos necessário para seus projetos de vida.

Ainda sobre a peculiaridade da escravidão urbana e rural, alguns estudos demonstram que houve uma efetiva participação de escravas no comércio urbano ambulante, a varejo, de

alimentos e pequenos objetos. A presença feminina no comércio das vilas e cidades do Brasil colonial foi retratada por viajantes e cronistas que passaram pelo Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Jean Baptiste Debret, pintor francês que visitou o Brasil no período de 1816 a 1831, registrou em suas telas a presença de negras e mulatas no cotidiano social com seus tabuleiros e cestas, comercializando os mais variados artigos de secos e molhados pelas ruas e praças do Rio Janeiro e Minas Gerais.

Segundo Luciano Figueiredo (2001, p.146), nas cidades e vilas de Minas Gerais, as “negras de tabuleiro” eram as principais responsáveis pelo comércio de doces, bolos, frutas, hortaliças, queijos, pomada, agulhas, alfinetes enfim, da venda de alimentos e de gêneros de primeira necessidade. Além disso, essas mulheres empreendedoras “congregavam em torno de si segmentos variados da população pobre mineira, muitas vezes prestando solidariedade a práticas de desvio de ouro, contrabando, prostituição e articulação com os quilombos”.

Braga (2010, p.13) chama a atenção para os indicativos socioculturais que diferenciam populações domiciliadas em áreas urbanas e rurais no período escravista no que tange, por exemplo, aos comportamentos de nupcialidade e composição de domicílios, tipos de atividades produtivas e econômicas, tamanho populacional e do plantel de escravos e estruturação dos fogos.

As categorias de urbano e rural, mesmo que ainda não consolidadas nos padrões atuais, também são importantes como indicadores do tipo de atividade econômica predominante nos espaços, além disso, a proximidade espacial está entre os fatores mais importantes para a difusão de formas inovadoras de comportamento ligadas à nupcialidade, assim como no caso do tamanho populacional do Distrito de Paz. O tamanho do plantel de escravos, por sua vez, é também um forte indicador das diferenças na organização domiciliar e da estruturação do fogo enquanto unidade de produção.

Não obstante, podemos enfatizar que um exame da composição dos domicílios pode revelar bastante acerca da inserção de libertos na sociedade como um todo e ajudar na compreensão do papel das alforrias nas múltiplas estratégias de organização familiar frente à realidade do sistema escravista.

Como exemplo emblemático cabe aqui citar o caso das escravas de Jacinta Maria do Sacramento, Francisca Africana, sua filha Joana crioula e sua neta Francisca cabra. Essa fora libertada no batismo no dia 27 de abril de 1835 na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei tendo como madrinha a própria Jacinta Maria do Sacramento e como padrinho o seu testamenteiro o alferes Dezydério Antônio de Jesus Silva<sup>3</sup>. A dita senhora, em seu testamento, redigido no dia 06 de março de 1836, declara e ratifica que também já havia conferido a liberdade a Francisca africana e a sua filha Joana crioula.

Declaro que a minha escrava Francisca de nação Africana a muito antes de me casar já lhe tinha conferido liberdade e gozava da mesma sua filha Joana crioula e Francisca cabra que posto viviam em minha companhia contudo, como tal as reconheciam e se necessário de novo ratifico também pelo amor de Deus (...).<sup>4</sup>

Deste modo, mesmo já sendo libertas, mãe, filha e neta viviam em companhia da sua ex-senhora e madrinha dessa última. Parece latente a existência de laços de afetividade que envolvia essas mulheres, evidenciado ainda mais na declaração feita pela testadora manifestando a sua preocupação em garantir a moradia de suas ex-cativas após a sua morte:

---

<sup>3</sup> Arquivo da Casa Paroquial de São João del-Rei, Livro nº 32 de Registros Paroquiais de Batismo, p. 405v.

<sup>4</sup> Arquivo do IPHAN de São João del-Rei, cx. 270. Inventário *post-mortem* de Jacinta Maria do Sacramento, 1836.

Declaro que meu testamenteiro comprará umas casas que custem trezentos mil reis a quatrocentos para a dita Francisca e sua filha Joana crioula e a neta Francisca menor a qual irão passando até a última e não poderá delas dispor e nem lhe serão tiradas por dívida até a vida da última.<sup>5</sup>

Embora necessite de estudos mais aprofundados e detalhados sobre a composição geral dos denominados livres no termo de São João del-Rei, diante dos dados aqui levantados percebe-se a representatividade do segmento dos indivíduos não brancos. Comparando as porcentagens da população livre identifica-se que, descontando os 2,34% dos casos sem informações, enquanto 29,19% correspondem aos indivíduos registrados como brancos; 31,69% representam a soma dos classificados como não brancos, sendo que desses, apenas 2,51% eram africanos/pretos, e 29,18% eram nascidos no Brasil.

Entre os não brancos destacam-se os 21,76 % indivíduos denominados como pardos. Trata-se de uma informação bastante instigante se considerarmos a premissa de que os pardos corresponderiam aqueles que já nasciam livres, ou seja, que eram filhos de mulheres libertas.

A título de especulação, ao compararmos o número de indivíduos na faixa etária de 0 a 4 anos verificamos que, enquanto na população escrava ele corresponde a 865, para a população livre soma-se 2.179 crianças. Embora não seja objetivo, pelo menos nesse momento, identificar a proporção de filhos nascidos de brancas e não brancas podemos conjecturar que as mulheres livres não brancas tendiam a ter mais filhos do que as brancas. Além disso, mesmo não possuindo o cálculo dos níveis de fertilidade, o próprio contingente da população livre revela que os números de mulheres não brancas totalizam 4.695, enquanto as brancas somam 4.035. Lembrando, ainda, que as escravas poderiam ter seus filhos alforriados. Daí o número significativo de indivíduos de cor entre a população livre.

Deste ou desse ou daquele modo, o relevante número de pardos na população livre pode ser explicado pelo nascimento de filhos das mulheres de cor que já se encontravam livres do cativeiro. Uma vez que, no Brasil, filho de mãe forra nasce livre, caso contrário tanto o ato de escravizar os africanos e seus descendentes, como o de alforriá-los, basearam-se nos costumes incorporados na legislação portuguesa do Direito Romano, donde “o princípio regulador é que – *partus sequitur ventrem* (...) por forma que – *o filho da escrava nasce escravo* –; pouco importando que o pai seja livre ou escravo” (MALHEIRO, 1976, p. 56, § 23).

### 3.2 A população escrava por faixa etária e razão de sexo

Como já foi demonstrado no quadro geral da população do termo de São João del-Rei (tabela1), a população escrava na década de 1830 é composta por 6.461 homens e 3.860 mulheres. Destacando-se, no conjunto, o contingente expressivo de indivíduos africanos que corresponde mais da metade daquela população. Isso pode indicar que as entradas de escravos provindos do tráfico estariam, por exemplo, ligadas a necessidade de empregá-los no trabalho voltado para o comércio volante que, segundo alguns estudos, caracterizaria a economia de São João del-Rei na época.

No quadro da economia de abastecimento, conviveram a exportação e a comercialização local e intraprovincial, envolvendo a pecuária, a agricultura de alimentos e a produção têxtil doméstica, constituindo inclusive vários níveis possíveis de integração ao mercado interprovincial. Nesse sentido, Alcir Lenharo, enfatiza o papel desempenhado por São João del-Rei como sendo um importante entreposto comercial, que estabelecia relações não apenas com a Corte do Rio de Janeiro como, também, com outras regiões do Brasil.

O centro das exportações mineiras tinha sede na praça comercial de São João del Rei, que, juntamente com Barbacena, constituíam os dois pólos

---

<sup>5</sup> Arquivo do IPHAN de São João del-Rei, cx. 270. Inventário *post-mortem* de Jacinta Maria do Sacramento, 1836.

do comércio atacadista, servindo de verdadeiros entrepostos regionais. Situados na estrada das Gerais, centralizavam o fluxo das mercadorias de diferentes regiões, até mesmo de Goiás e Mato Grosso. São João del Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão. (LENHARO, 1993, p. 75)

No bojo desse intenso mercado de abastecimento, surgia um leque de atividades e de níveis produtivos e comerciais envolvendo variados agrupamentos de trabalhadores, tipos de propriedade ou posse, produtos e mercados desenhando, de tal modo, relações complexas envolvendo a população livre, liberta e escrava, intensamente ocupadas nessas diferentes atividades.

Paiva (2009, p. 83) destaca a dinâmica da economia nos centros urbanos de Minas desde o século XVIII enfatizando a grande participação dos escravos nas trocas mercantis, nas prestações de serviços e no consumo de produtos. Inclusive, para ele, essa mobilidade proporcionava aos cativos maiores oportunidades de buscarem meios para conquistarem as suas alforrias.

A massa escrava participava ativamente das trocas mercantis das cidades mineiras, prestando serviços de toda sorte e consumindo parcela do que era oferecido. A mobilidade característica do sistema em zonas urbanas permitia a construção de uma eclética rede de relações pessoais e comerciais da qual os escravos participavam com certa astúcia, extraindo dela, por exemplo, o pecúlio necessário para a autocompra. Quanto mais dinâmica fosse a economia maiores seriam as oportunidades de, sobretudo de maneira informal nela buscar o valor das alforrias.

Parece que é justamente nesse contexto no qual devemos tentar perceber o comportamento demográfico do termo de São João del-Rei no que se refere a forte presença de uma população escrava, como, também, da liberta.

Ao distribuir o segmento escravo por faixa etária verifica-se que o maior índice de indivíduos corresponde ao gênero masculino, sobressaindo aqueles que se encontravam a faixa etária de 20 a 24 anos – 1.055, como explicito na **tabela 3**.

**Tabela 3**  
**População escrava do termo de S. João del Rei,**  
**década de 1830**

Faixa Etária	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
0-4	430	435	865
5-9	472	455	927
10-14	766	515	1.281
15-19	821	523	1.344
20-24	1.055	539	1.594
25-29	739	352	1.091
30-34	715	366	1.081
35-39	322	175	497
40-44	465	227	692
45-49	129	80	209
50-54	239	97	336
55-59	84	32	116
60-64	131	40	171
65-69	22	6	28

70-74	40	7	47
75-	31	11	42
Total	6.461	3.860	10.321

**Fonte:** ver tabela 1.

Torna-se relevante notar que, ao compararmos o quadro da população escrava masculina do termo de São João del-Rei com a da província de Minas Gerais também observamos que a faixa etária de 20 a 24 anos concentra o maior índice de indivíduos, 16.109, como revela a **tabela 4**.

**Tabela 4**  
**População escrava da província de Minas Gerais na década de 1830**

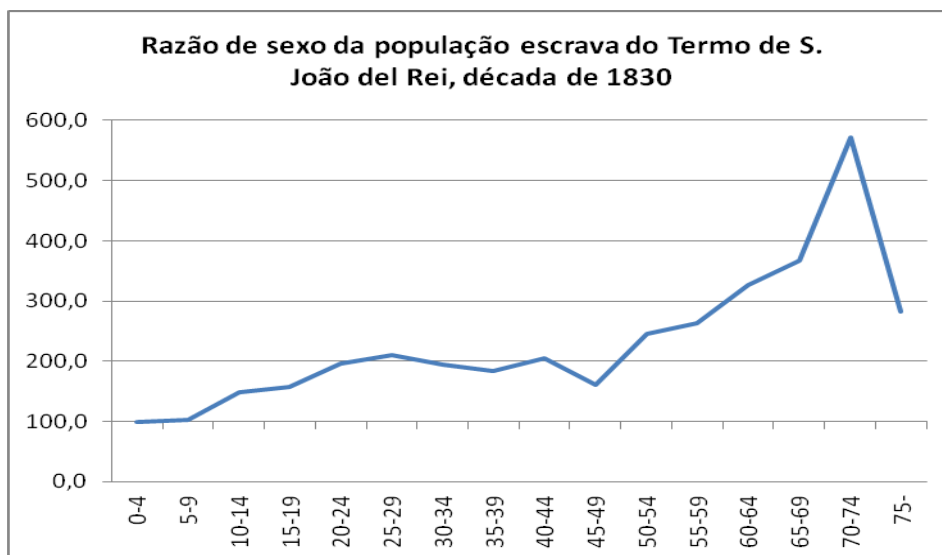
Faixa Etária	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
0-4	7.753	7.769	15.522
5-9	8.321	7.614	15.935
10-14	11.362	8.374	19.736
15-19	12.615	8.232	20.847
20-24	16.109	9.401	25.510
25-29	11.746	6.377	18.123
30-34	12.070	6.651	18.721
35-39	5.304	3.050	8.354
40-44	7.126	3.945	11.071
45-49	2.529	1.383	3.912
50-54	4.229	1.994	6.223
55-59	1.230	553	1.783
60-64	2.443	893	3.336
65-69	483	184	667
70-74	735	228	963
75-	503	179	682
Total	104.558	66.827	171.385

**Fonte:** ver tabela 1.

Outra coincidência, embora esperada, diz respeito à razão de sexo da população escrava que, tanto para o termo de São João, quanto para a província de Minas Gerais corresponde à proporção de quase dois homens para cada mulher. O que acorda com a composição do perfil da escravaria destinada às Américas por meio do tráfico Atlântico na qual se estima que embarcavam nos tumbeiros “em média de dois a três homens para cada mulher, incluindo pouquíssimas crianças” (LIBBY, 2008, p. 458).

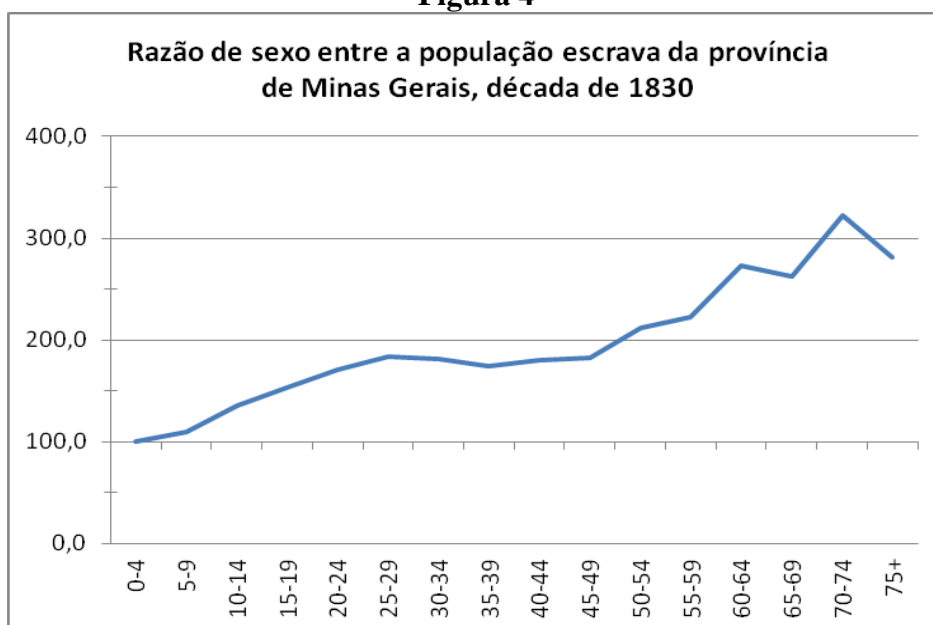
Desta forma, mantendo as devidas ressalvas quanto às comparações propostas é possível identificar a discrepância razão de sexo da população escrava do tanto no termo de São João como na província de Minas visualizando as figuras 3 e 4, respectivamente.

### Figura 3



Fonte: ver tabela 1.

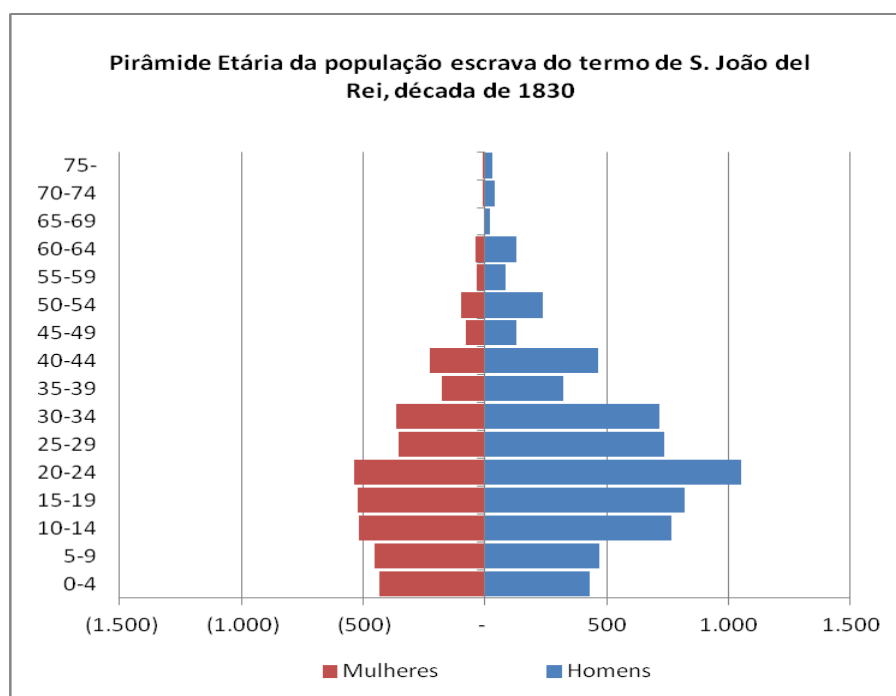
**Figura 4**



Fonte: ver tabela 1.

No que concerne a pirâmide etária da população escrava do termo de São João del-Rei constata-se que, fora a faixa etária de 0 a 9 anos, o número de homens supera o de mulheres, como podemos visualizar na **figura 5**.

**Figura 5**



Longe de decifrar esse comportamento demográfico, podemos inferir que, além de serem trazidas em menor número pelo tráfico, as mulheres alcançam mais as alforrias do que os homens. Contudo, devemos considerar que a população de escravos domiciliados na Vila de São João, ou parte dela, foi omitida na lista nominativa da década de 1830. Isso compromete sobremaneira a representatividade dessa população, especialmente, se considerarmos que, “em linhas gerais, a população urbana se diferenciava da rural por ser mais envelhecida e por conter uma proporção de mulheres relativamente maior”. (RODARTE, 2008, p.139)

#### 4. Considerações Finais

Ao utilizar o banco de dados do Cedeplar contendo as informações das listas nominativas da década de 1830 percebe-se a gama de informações demográficas que podem ser operacionalizadas a partir de diferentes perguntas sobre o comportamento populacional da província de Minas Gerais e seus termos.

Sobre a população livre e escrava do termo de São João del-Rei, observou-se que alguns comportamentos ligados a razão de sexo e composição etária pareciam estar relacionados a organização sociocultural atribuídas as características produtivas e econômicas pelas quais passou a região. Adequando e mantendo a sua tendência inicialmente ligada a produção agropastoril como, também, de importante entreposto comercial no decorrer do século XVIII, passando pelo *boom* da mineração em meados dos setecentos e seu declínio no início século XIX, o termo de São João, segundo as informações das listas nominativas da década de 1830, apresenta uma população na qual chama a atenção o considerável número de livres, sobretudo, de libertos, em seu conjunto. Também contava com um expressivo contingente de escravos (10.321), dos quais quase a metade era de origem africana.

No decorrer desse trabalho constatei que, embora os estudos sobre a escravidão ocupam um lugar de destaque na historiografia brasileira, ainda existe uma grande lacuna no que se refere a utilização das fontes primárias exploradas nas análises demográficas sobre a população liberta em diferentes regiões e períodos da vigência do regime escravista em nosso país. Para isso, devemos considerar a utilização de outras fontes para realizar um estudo sobre os libertos tais como, os livros de batismo, testamentos e cartas de liberdade.

O cruzamento das informações contidas nesses registros podem ajudar a identificar não apenas o número de alforriados, mas, sobretudo, quais as qualidades tipológicas dos senhores

outorgantes e dos libertos. A final quem eram estas pessoas? Quais as relações que existiam entre elas? Quais os motivos que poderiam influenciar na concessão das alforrias?

Para finalizar cabe ressaltar as palavras de Bacellar (2005, p. 344) ao sugerir que “o que se faz necessário, incentivar a produção de análises sobre o comportamento demográfico propriamente dito, ou seja, a produção de trabalhos em demografia histórica, sem deixar, contudo, de se continuar a pesquisar na profícua e importante linha da história da população”.

## 5. Referências

ALMEIDA, Carla Maria C. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001.

BACELAR, Carlos A. P., SCOTT, A. S. V., BASSANEZI, Maria S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BRAGA, Fernando G. ; LIMA, Luciana C. ; PAIVA, Clotilde A. ; RODARTE, Mario M. S. . Padrões de nupcialidade na Minas Oitocentista: Uso do método Singulate Mean Age At Marriage (SMAM) utilizando listas nominativas. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais. Belo Horizonte : Cedeplar, 2010. p. 1-24.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Iraci del Nero da. **Contribuições da demografia histórica para o conhecimento da mobilidade socioeconômica e geográfica: uma aproximação ao tema**. *História* [online]. 2011, vol.30, n.2, pp. 381-400.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2007, vol.27, n.53, pp. 123-158.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos a sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEBRET, Jean Batiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 8a. ed., 1968.

GRAÇA FILHO, Afonso de A. **A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.



LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. *Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795*. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

LIBBY, Douglas Cole. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Junia. (Org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África**. São Paulo: Anna Blume, 2008.

MALHEIRO, Perdigão. **A Escravidão no Brasil**. Ensaio Histórico, Jurídico, Social. 3ª ed., v. I. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARCÍLIO, Maria L. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci del N. da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p.11-27.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAIVA, Clotilde A. ; RODARTE, Mario M. S. ; GODOY, Marcelo M. . Acesso digital às listas nominativas: Poplin-Minas-1830, a proposta do Cedeplar para a universalização do acesso aos dados das fontes demográficas de Minas Gerais do século XIX. In: XVII Encontro ABEP, 2010, Caxambu. Anais. Belo Horizonte : Abep, 2010. p. 1-21.

PAIVA, Clotilde A.; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 5., 1990, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990. p. 85-106.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Rev. hist.* [online]. 1995, n.133, pp. 49-57.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Brasília, v. 14, n.1/2, p 101-124, jan./dez. 1997.

RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. 2008, 365 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. 7.ª ed., São Paulo: Martins, 1976.

SILVA, Cristiano Lima da. **Como se livre nascera: alforria na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl F. P. Von. **Viagem pelo Brasil**, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. v. 1, 2.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. 2 vol, p. 74.